



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013750-13.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**
 Requerido: **Geisicler dos Santos Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – REGIÃO ADMINISTRATIVA OESTE, devidamente qualificada nos autos ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA em face de GEISECLER DOS SANTOS SILVA, igualmente qualificada, alegando, em síntese, que é credor dos réus na importância de R\$ 6.434,16, referente ao contrato de prestação de serviços educacionais, firmado em 23.11.2016, para que Ana Clara Silva Alves de Freitas, filha da ré, frequentasse as aulas do 4º ano do ensino fundamental no ano de 2017.

Juntou documentos (fls. 38/42).

A ré citada (fls. 47) não ofereceu resposta (fls. 48).

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A procedência do pedido é de rigor.

Citada (fls.47) a ré deixou de apresentar contestação (fls. 48), operando-se os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e condeno a ré ao pagamento da quantia de R\$ 6.434,16 com correção monetária pela tabela do TJSP, juros moratórios de 1%, incidentes a partir da data do cálculo elaborado, mais multa de 2% ao mês.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 27 de abril de 2018.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**